

EPISTEMOLOGIA DA INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO: REVISÃO INTEGRATIVA DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONJUNTURAIS (1995–2025)

EPISTEMOLOGY OF GENDER INTERSECTIONALITY: INTEGRATIVE REVIEW OF CONTEXTUAL CHALLENGES AND PERSPECTIVES (1995–2025)

EPISTEMOLOGÍA DE LA INTERSECCIONALIDAD DE GÉNERO: REVISIÓN INTEGRATIVA DE LOS DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS CONTEXTUALES (1995–2025)

Wilson Venâncio Lukamba¹
Olga Marcela Choquelila Filipe Capingãla²
Aguinaldo Miguel Castro³
Luís Kafuinda Valentino António⁴
Clotilde Rosária William⁵
Clarice Ndapewelao Veyelenge⁶

RESUMO: Este trabalho oferece uma revisão integrativa da literatura acerca da epistemologia da interseccionalidade de gênero entre 1995 e 2025, visando identificar contribuições teóricas, desafios contextuais e novas perspectivas. Vinte e quatro estudos foram analisados a partir de um conjunto inicial de 312 registros, com base em critérios de inclusão que consideram a relevância científica, a revisão por pares e a interseccionalidade como uma epistemologia crítica. Os resultados mostram que o conceito progrediu de uma ferramenta analítica incipiente, na década de 1990, para uma epistemologia firmemente estabelecida, conectando diferentes eixos de opressão, como gênero, raça, classe, sexualidade e colonialidade. Entre os principais desafios identificados estão a despolitização e a apropriação superficial do conceito, os conflitos conceituais e metodológicos internos e os efeitos duradouros do neoliberalismo e da colonialidade. Por outro lado, surgem visões transformadoras fundamentadas em feminismos negros e abordagens decoloniais, que reconhecem conhecimentos periféricos e do Sul Global, sugerindo a interseccionalidade como uma ferramenta para justiça social e cognitiva. Conclui-se que, apesar de estabelecida como epistemologia crítica global, a interseccionalidade continua suscetível a apropriações que minam seu caráter político, sendo essencial reafirmá-la como um projeto ético-político com foco na superação das desigualdades estruturais e na geração de conhecimentos múltiplos e libertadores.

3958

Descritores: Interseccionalidade. Epistemologia. Gênero. Desigualdades sociais. Justiça cognitiva.

¹Doutorando em Enfermagem pela Universidade de São Paulo-USP-Brasil, Docente no Departamento de Investigação em Enfermagem do Instituto Superior Politécnico da Caála- Angola, Funcionário afeto ao Ministério da Saúde de Angola - Gabinete Provincial da Saúde do Huambo/Área de Formação Continuada. Orcid- 0000-0002-2266-8752

²Mestre em ciências da Saúde pela Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC- Brasil, Docente no curso de Enfermagem da Escola Superior Técnica de Saúde do Huambo e Instituto Superior Politécnico da Caála- Angola, Funcionária do Ministério da Saúde de Angola - Gabinete Provincial da Saúde do Huambo/Área de Formação Continuada

³Mestrando em Enfermagem pela Universidade de São Paulo- USP- Brasil. Licenciado em Enfermagem pela Universidade Metodista de Angola. Funcionário do Ministério da Saúde De Angola, do Hospital Geral do Cunene General Simione Mukune.

⁴Mestrando em Enfermagem pela Universidade de São Paulo- USP- Brasil. Licenciado em Enfermagem pelo Instituto Superior Politécnico Tundavala, Docente no Curso de Enfermagem do Instituto Politécnico Privado O Degraus Do Saber; Cunene, Enfermeiro no Hospital Geral do Cunene- General Simione Mukune

⁵Mestranda em Enfermagem pela Universidade de São Paulo-USP, Brasil, Licenciada em Enfermagem pela Universidade José Eduardo dos Santos (Luena)/Moxico/Angola, Funcionária do Gabinete Provincial de saúde do Luena/Moxico/Angola

⁶Médica, formada pela Universidade Mandume Ya Ndemufaya; Huila-Angola, Residente em Oncologia Clínica, no Instituto Nacional de Câncer do Brasil. Funcionária do Ministério da Saúde, no Hospital Geral do Cunene General Simione Mukune.

ABSTRACT: This paper offers an integrative review of the literature on the epistemology of gender intersectionality between 1995 and 2025, aiming to identify theoretical contributions, contextual challenges, and new perspectives. Twenty-four studies were analyzed from an initial set of 312 records, based on inclusion criteria that consider scientific relevance, peer review, and intersectionality as a critical epistemology. The results show that the concept has progressed from a nascent analytical tool in the 1990s to a firmly established epistemology, connecting different axes of oppression, such as gender, race, class, sexuality, and coloniality. Among the main challenges identified are the depoliticization and superficial appropriation of the concept, internal conceptual and methodological conflicts, and the lasting effects of neoliberalism and coloniality. On the other hand, transformative visions grounded in Black feminisms and decolonial approaches emerge, recognizing peripheral and Global South knowledges, suggesting intersectionality as a tool for social and cognitive justice. The conclusion is that, despite being established as a global critical epistemology, intersectionality remains susceptible to appropriations that undermine its political character. It is essential to reaffirm it as an ethical-political project focused on overcoming structural inequalities and generating multiple and liberating knowledges.

Descriptors: Intersectionality. Epistemology. Gender. Social Inequalities. Cognitive Justice.

RESUMEN: Este artículo ofrece una revisión integradora de la literatura sobre la epistemología de la interseccionalidad de género entre 1995 y 2025, con el objetivo de identificar contribuciones teóricas, desafíos contextuales y nuevas perspectivas. Se analizaron veinticuatro estudios de un conjunto inicial de 312 registros, con base en criterios de inclusión que consideran la relevancia científica, la revisión por pares y la interseccionalidad como una epistemología crítica. Los resultados muestran que el concepto ha evolucionado desde una herramienta analítica incipiente en la década de 1990 hasta una epistemología consolidada, que conecta diferentes ejes de opresión, como el género, la raza, la clase, la sexualidad y la colonialidad. Entre los principales desafíos identificados se encuentran la despolitización y la apropiación superficial del concepto, los conflictos conceptuales y metodológicos internos, y los efectos duraderos del neoliberalismo y la colonialidad. Por otro lado, emergen visiones transformadoras basadas en los feminismos negros y los enfoques decoloniales, que reconocen los saberes periféricos y del Sur Global, y sugieren la interseccionalidad como una herramienta para la justicia social y cognitiva. La conclusión es que, a pesar de haberse consolidado como una epistemología crítica global, la interseccionalidad sigue siendo susceptible a apropiaciones que minan su carácter político. Es fundamental reafirmarla como un proyecto ético-político centrado en la superación de las desigualdades estructurales y la generación de conocimientos múltiples y liberadores.

3959

Descritores: Interseccionalidad. Epistemología. Género. Desigualdades Sociales. Justicia Cognitiva.

INTRODUÇÃO

O fenômeno das desigualdades sociais atuais possui várias dimensões conectadas, que não podem ser entendidas de forma isolada. Entre essas dimensões, gênero, raça, classe, sexualidade e colonialidade se cruzam, formando maneiras complexas de opressão e exclusão social. Nesse cenário, a interseccionalidade aparece como um recurso analítico e epistemológico

essencial para entender a complexidade das vivências humanas em contextos caracterizados por desigualdades estruturais (Crenshaw, 1989; Collins, 1990/2016).

O termo interseccionalidade foi primeiramente introduzido por Kimberlé Crenshaw (1989) no contexto legal, buscando mostrar como mulheres negras enfrentavam opressões simultâneas que não podiam ser entendidas somente através das perspectivas de gênero ou raça de forma isolada. Desde aquele momento, a ideia se desenvolveu, firmando-se como uma epistemologia crítica, capaz de conectar diversos eixos de poder e opressão, abrangendo gênero, raça, classe, sexualidade e aspectos decoloniais do saber (Lugones, 2008; Santos, 2010; Collins, 2019).

A debate acerca da epistemologia da interseccionalidade de gênero é premente e significativa devido ao intensificamento das desigualdades mundiais, à continuidade de sistemas coloniais de poder e ao crescimento de narrativas conservadoras que tentam naturalizar ou despolitizar tais desigualdades (Akotirene, 2019; Bilge; Nash, 2020). Ademais, a consolidação da interseccionalidade enquanto epistemologia crítica possibilita uma nova reflexão sobre políticas públicas, práticas educacionais e ações sociais, favorecendo a justiça social e cognitiva, principalmente em cenários do Sul Global, que foram historicamente marginalizados pelo saber ocidental predominante (Santos, 2018; Ribeiro, 2017).

3960

A literatura recente indica que, apesar do conceito estar solidificado, enfrenta desafios importantes, como a apropriação superficial em ambientes acadêmicos, conflitos internos de conceito e a urgência de aplicação situada em diversas realidades sociais e culturais (Hancock, 2016; Anthias, 2013). Em contrapartida, abordagens decoloniais e feministas negras surgem como perspectivas transformadoras, ressaltando a relevância de reconhecer saberes periféricos, vivências marginalizadas e a voz de indivíduos historicamente excluídos do debate epistemológico (Akotirene, 2019; Puar, 2007).

Nesse contexto, o estudo atual é relevante pela exigência de delinear, examinar e organizar as contribuições teóricas e práticas da epistemologia da interseccionalidade de gênero nos últimos 30 anos, reconhecendo desafios, lacunas e novas perspectivas que possam reforçar o conceito como ferramenta de análise crítica e mudança social.

O foco principal da investigação é conduzir uma revisão integrativa da literatura divulgada entre 1995 e 2025 acerca da epistemologia da interseccionalidade de gênero, com ênfase em:

- Reconhecer aportes teóricos e epistemológicos;
- Examinar dificuldades contextuais e conceituais;

Organizar enfoques emergentes, especialmente decoloniales y feministas negras, que fomenten la justicia social y cognitiva.

A pergunta central que guiou esta pesquisa é: “Quais são as dificuldades, progressos e visões internacionais da epistemologia interseccional de gênero nos últimos 30 anos, levando em conta suas dimensões teóricas, políticas e decoloniais?”

Assim, o estudo busca unir saberes tradicionais e atuais, analisando de forma crítica os progressos teóricos, restrições conceituais e oportunidades de uso da interseccionalidade como uma epistemologia crítica, destacando sua importância na formação de sociedades mais justas e inclusivas.

METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, realizada de maneira sistemática, visando mapear, analisar e sintetizar investigações sobre a epistemologia da interseccionalidade de gênero publicadas no período de 1995 a 2025. A opção por esse tipo de revisão é fundamentada na sua habilidade de unir diversas perspectivas teóricas e metodológicas, proporcionando uma visão abrangente sobre progressos, obstáculos e novas perspectivas do setor.

A análise seguiu as cinco fases sugeridas por Whittemore e Knafl (2005), começando pela definição da questão investigativa: “Quais têm sido os desafios, progressos e visões globais da epistemologia da interseccionalidade de gênero nas três últimas décadas, levando em conta suas dimensões teóricas, políticas e decoloniais?” Na sequência, foi estabelecida a estratégia de pesquisa, que abrangeu as bases de dados SciELO, Google Scholar, CAPES Periódicos, Scopus e Web of Science. Na pesquisa, foram empregados descritores em português, inglês e espanhol, combinados com operadores booleanos, englobando termos associados a interseccionalidade, epistemologia, gênero, raça e classe.

Os critérios de inclusão incluíram publicações de 1995 a 2025, artigos, livros e capítulos revisados por pares, debate sobre a interseccionalidade como epistemologia crítica e textos acessíveis em português, inglês ou espanhol. Foram removidos textos opinativos sem fundamento científico, pesquisas que abordavam a interseccionalidade apenas como técnica metodológica e entradas duplicadas nas bases. O processo de seleção respeitou os princípios do fluxo PRISMA, abarcando identificação, triagem, elegibilidade e inclusão final, culminando na escolha de 24 estudos a partir de 312 registros iniciais.

A avaliação dos textos integrais foi feita qualitativamente, levando em conta a relevância epistemológica, as contribuições teóricas, as dimensões sociais e políticas, além das

limitações e desafios evidenciados. Utilizou-se uma abordagem crítica e interpretativa, destacando a contextualização histórica, social e política das produções, com foco em perspectivas decoloniais e feministas negras. A síntese dos resultados foi estruturada em quatro dimensões fundamentais: formulação teórica e conceitual, dimensão política e social, crítica às dificuldades e limitações e perspectivas emergentes e decoloniais.

Embora seja uma revisão de literatura, a pesquisa seguiu estritamente princípios éticos e bioéticos. Assegurou-se o cumprimento dos direitos autorais, referenciando todas as obras de acordo com as diretrizes da ABNT e mantendo a integridade das ideias originais. As análises foram realizadas de forma fiel aos resultados divulgados, evitando interpretações distorcidas, e com uma responsabilidade epistemológica, valorizando visões periféricas e sul-globalizadas.

A clareza metodológica, por sua vez, garante a reprodutibilidade e a credibilidade da pesquisa, incentivando rigor científico e dedicação à justiça cognitiva.

Dessa maneira, essa metodologia possibilitou não apenas catalogar e avaliar criticamente a literatura sobre a epistemologia da interseccionalidade de gênero, mas também incorporar reflexões éticas e bioéticas ao desenvolvimento da pesquisa, aumentando a pertinência do estudo para a criação de conhecimento responsável e transformador. Quanto ao processo de seleção dos Estudos, ver tabela abaixo.

Tabela 1. Processo de seleção com etapas adaptadas ao PRISMA:

ETAPAS	Nº	CRITÉRIOS APLICADOS	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Registros identificados nas bases (SciELO, Scopus, Web of Science, CAPES, Google Scholar)	312	Busca com descritores em português, inglês e espanhol e operadores booleanos	Estudos que abordam interseccionalidade como epistemologia crítica	Nenhum nesta fase
Após remoção de duplicados	245	Exclusão de registros repetidos	Estudos originais, revisados por pares	67 duplicados
Após leitura de título/resumo	72	Seleção preliminar baseada na aderência ao tema central	Estudos que discutem interseccionalidade como ferramenta analítica/epistemológica	173 excluídos por tratar interseccionalidade apenas como técnica metodológica ou por foco em outros temas não relacionados
Textos completos avaliados	72	Leitura integral para análise detalhada	Estudos com fundamentação teórica e relevância epistemológica	Nenhum nesta etapa
Excluídos após leitura completa	48	Avaliação crítica da relevância científica e conceitual	Textos que apresentam discussão aprofundada da interseccionalidade	Excluídos textos opinativos, não revisados por pares ou sem enfoque epistemológico

Estudos incluídos na síntese final	24	Atendem a todos os critérios	Atendem aos critérios de inclusão em todas as etapas	Nenhum
---	----	------------------------------	--	--------

Fonte: Elaborada pelos autores e autoras (2025), a partir dos dados obtidos na revisão integrativa.

RESULTADOS

Os estudos selecionados foram analisados qualitativamente, agrupando as contribuições em quatro dimensões principais:

1. Formulação conceitual e teórica;
2. Dimensão política e social;
3. Crítica a desafios e limitações;
4. Perspectivas emergentes e decoloniais.

As informações sobre autores, obras, contribuições principais e referências bibliográficas foram sistematizadas em tabelas para facilitar a análise comparativa e a síntese crítica. O objetivo foi identificar tendências, desafios e possibilidades futuras para o desenvolvimento da interseccionalidade como epistemologia crítica.

Da literatura selecionada permitiu identificar 24 estudos fundamentais sobre a epistemologia da interseccionalidade de gênero nos últimos 30 anos. A tabela a seguir sintetiza autores, obras, contribuições e referências bibliográficas.

3963

Tabela 2. Estudos incluídos na revisão integrativa (1995–2025)

AUTOR(ES)	ANO	OBRA	CONTRIBUIÇÃO PRINCIPAL	REFERÊNCIA ABNT
Crenshaw, K.	1989/2002	Mapping the Margins	Formula a interseccionalidade como ferramenta epistemológica contra opressões simultâneas.	CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 2002.
Collins, P. H.	1990/2016	Black Feminist Thought	Produz a base da teoria feminista negra e articula saberes contra-hegemônicos.	COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2016.
Collins, P. H.	2019	Intersectionality and Critical Social Theory	Consolida a interseccionalidade como teoria crítica e social.	COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality as Critical Social Theory. Durham: Duke University Press, 2019.
Butler, J.	2003	Problemas de Gênero	Defende a performatividade de gênero, questionando categorias fixas.	BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
Butler, J.	2018	Corpos em aliança	Conecta a interseccionalidade à	BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

			ação política e às identidades dissidentes.	
Davis, A.	1981/2016	Mulheres, raça e classe	Historiciza a luta política de mulheres negras, articulando gênero, raça e classe.	DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
Fraser, N.	2013	Fortunes of Feminism	Crítica o impacto do neoliberalismo nas lutas feministas.	FRASER, Nancy. Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis. London: Verso, 2013.
Bilge, S.	2010	Recent Feminist Outlooks on Intersectionality	Aponta riscos de despolitização e de neutralização acadêmica da interseccionalidade.	BILGE, Sirma. Recent Feminist Outlooks on Intersectionality. Diogenes, v. 57, n. 1, p. 58-72, 2010.
Santos, B. S.	2010	Epistemologies of the South	Introduz a justiça cognitiva e critica a monocultura do saber ocidental.	SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide. Boulder: Paradigm, 2010.
Santos, B. S.	2018	O fim do império cognitivo	Afirma as epistemologias do Sul como alternativa global.	SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
Quijano, A.	2000	Colonialidade do poder	Explica como colonialidade estrutura saber e poder global.	QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Revista Internacional de Ciências Sociais, v. 29, n. 2, p. 117-131, 2000.
Lugones, M.	2008	Colonialidad y Género	Introduz o conceito de colonialidade de gênero.	LUGONES, María. Colonialidad y género. Tabula Rasa, n. 9, p. 73-101, 2008.
Hancock, A.	2016	Intersectionality: An Intellectual History	Discute tensões internas e a evolução conceitual da interseccionalidade.	HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality: An Intellectual History. New York: Oxford University Press, 2016.
hooks, b.	2000	Feminism is for Everybody	Defende um feminismo interseccional acessível e popular.	HOOKS, bell. Feminism is for Everybody: Passionate Politics. London: Pluto Press, 2000.
hooks, b.	2015	Ain't I a Woman?	Reafirma a centralidade da interseccionalidade no feminismo negro.	HOOKS, bell. Ain't I a Woman: Black Women and Feminism. New York: Routledge, 2015.
Yuval-Davis, N.	2006	Intersectionality and Feminist Politics	Enfatiza identidades múltiplas e políticas de pertencimento.	YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. European Journal of Women's Studies, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.
Anthias, F.	2013	Intersectional What?	Questiona limites metodológicos da interseccionalidade.	ANTHIAS, Floya. Intersectional What? Social Divisions, Intersectionality and Levels of Analysis. Ethnicities, v. 13, n. 1, p. 3-19, 2013.
Cho, S.; Crenshaw, K.; McCall, L.	2013	Toward a Field of Intersectionality Studies	Propõem consolidar a interseccionalidade como campo disciplinar.	CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé; MCCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies. Signs, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013.

Akotirene, C.	2019	Interseccionalidade	Sistematiza o conceito no Brasil, com ênfase em raça e gênero.	AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.
Ribeiro, D.	2017	O que é lugar de fala?	Relaciona interseccionalidade a lugar de fala e representação social.	RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.
Puar, J.	2007	Terrorist Assemblages	Aplica a interseccionalidade a sexualidade, islamofobia e biopolítica.	PUAR, Jasbir. Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times. Durham: Duke University Press, 2007.
Nash, J.	2008	Re-thinking Intersectionality	Critica contradições teóricas internas ao campo.	NASH, Jennifer C. Re-thinking Intersectionality. Feminist Review, v. 89, n. 1, p. 1-15, 2008.
Carastathis, A.	2016	Intersectionality: Origins, Contestations, Horizons	Recompõe genealogias e disputas conceituais da interseccionalidade.	CARASTATHIS, Anna. Intersectionality: Origins, Contestations, Horizons. Lincoln: University of Nebraska Press, 2016.
Medina, J.	2013	The Epistemology of Resistance	Relaciona interseccionalidade à resistência epistêmica.	MEDINA, José. The Epistemology of Resistance. New York: Oxford University Press, 2013.

Fonte: Elaborada pelos autores e autoras (2025), a partir dos dados obtidos na revisão integrativa.

Os 24 estudos selecionados oferecem contribuições fundamentais para a epistemologia da interseccionalidade de gênero, organizadas em quatro principais dimensões:

Formulação teórica e conceitual: Crenshaw (1989/2002): interseccionalidade como ferramenta de análise contra opressões simultâneas; Collins (1990/2016; 2019): estabelece a interseccionalidade como teoria crítica, conectando saberes anti-hegemônicos; Lugones (2008) e Quijano (2000): apresentam colonialidade de gênero e poder como aspectos centrais.

Dimensão política e social: Butler (2003; 2018) e hooks (2000; 2015): associam interseccionalidade à ação política, performatividade de gênero e movimentos sociais; Puar (2007) e Davis (1981/2016): utilizam o conceito na sexualidade, biopolítica e na luta política de mulheres negras.

Crítica a dificuldades e restrições: Bilge (2010) e Nash (2008): sinalizam a despolitização e a neutralização acadêmica do conceito; Hancock (2016), Anthias (2013), Carastathis (2016): abordam conflitos conceituais e restrições metodológicas.

Perspectivas novas e decoloniais: Santos (2010; 2018) e Akotirene (2019): destacam epistemologias do Sul e justiça cognitiva; Ribeiro (2017): vincula interseccionalidade a “lugar de fala” e representatividade; Cho, Crenshaw & McCall (2013): sugerem a consolidação da interseccionalidade enquanto campo disciplinar.

Integração dos resultados:

A compilação das tabelas mostra que, a interseccionalidade transformou-se de ferramenta analítica em uma epistemologia crítica estabelecida; Há um equilíbrio entre pesquisas clássicas (anos 1990–2000) e abordagens atuais (2010–2025), englobando perspectivas decoloniais e feministas negras; O conceito ainda é politicamente pertinente, embora vulnerável à despolitização e à apropriação acadêmica rasa; A literatura apresenta uma evidente convergência sobre a necessidade de aplicar a interseccionalidade de maneira contextual, levando em conta diversos eixos de opressão, justiça cognitiva e vivências periféricas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos trabalhos escolhidos demonstra que, de 1995 a 2025, a interseccionalidade evoluiu de um conceito periférico, frequentemente restrito ao debate jurídico e às ciências sociais críticas, para uma epistemologia solidificada e em crescimento global. Entretanto, essa consolidação não aconteceu de maneira linear: foi caracterizada por tensões conceituais, apropriações rasas e disputas de legitimidade entre várias tradições acadêmicas e políticas (Bilge; Nash, 2020).

Um dos resultados mais significativos da revisão foi a percepção de que a interseccionalidade, ao ser reduzida a uma simples ferramenta metodológica ou estatística, tende a perder sua força política e transformadora, convertendo-se em uma categoria analítica despolitizada. Essa crítica, presente em autoras feministas negras e decoloniais (Collins, 2019; Akotirene, 2019; Davis, 2020), aponta os perigos do que se denomina “vazio epistêmico”, onde a interseccionalidade é adotada de maneira acrítica por agendas acadêmicas e institucionais que carecem de compromisso com as lutas sociais que a originaram.

Em contrapartida, as pesquisas também mostram progressos importantes. A inclusão de visões feministas negras latino-americanas, africanas e indígenas tem ampliado as perspectivas epistemológicas, valorizando conhecimentos locais e vivências periféricas, historicamente ignoradas pela predominância acadêmica eurocêntrica (Ribeiro, 2017; Lugones, 2008; Carneiro, 2023). Nesse contexto, a interseccionalidade adota um caráter decolonial, se reconfigurando como um instrumento de justiça cognitiva e epistêmica (Santos, 2018).

Outro ponto relevante identificado foi o desafio de implementar a interseccionalidade em estudos empíricos. Mesmo com a vasta literatura teórica, continuam a existir desafios metodológicos para converter a teoria em ferramentas de análise e ação, especialmente nas

esferas da saúde, políticas públicas e educação (Hancock, 2016; Collins, 2019). Essa restrição destaca a importância de desenvolver a epistemologia aplicada, conectando teoria crítica com abordagens inovadoras que considerem a complexidade das diversas opressões.

A análise também evidenciou uma tensão crescente entre duas correntes:

A interseccionalidade como um instrumento crítico, focada em sua capacidade de evidenciar as desigualdades estruturais e fomentar a justiça social.

A interseccionalidade como uma ferramenta regulatória, inserida em políticas institucionais, frequentemente restrita a marcadores identitários ou dados quantitativos.

Apesar de a segunda vertente ter ajudado a aumentar a visibilidade do conceito, ela também criou riscos de uma institucionalização vazia, que pode reforçar a burocracia do debate e diminuir a força crítica do conceito (Bilge, 2013; Davis, 2020).

Por último, a análise revelou que as visões futuras indicam três direções principais:

Intensificação de sua esfera política e decolonial, em interação com epistemologias do Sul e conhecimentos comunitários;

Maior aplicabilidade prática, utilizando metodologias inovadoras que ultrapassem a fragmentação nas disciplinas;

Reforço ético e bioético, reconhecendo a responsabilidade dos/das pesquisadores/as em evitar a reprodução de epistemicídios e em fomentar a justiça cognitiva. 3967

Dessa forma, os achados indicam que a epistemologia da interseccionalidade de gênero não se limita a um instrumento teórico, mas representa um projeto ético-político de mudança social, que incita as ciências a desfragmentarem paradigmas coloniais e androcêntricos, criando saberes plurais, contextuais e emancipatórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão integrativa realizada evidenciou que a interseccionalidade, desde sua concepção nos anos 1990 até as obras contemporâneas, firmou-se como uma crítica epistemológica essencial para entender as diversas dimensões de opressão que afetam os indivíduos em sociedades marcadas por desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e colonialidade. Nos últimos 30 anos, observou-se um processo de crescimento e variedade do conceito, que evoluiu de uma ferramenta analítica restrita ao âmbito jurídico para um projeto epistemológico, político e decolonial de abrangência mundial.

Os resultados indicam, no entanto, que a interseccionalidade enfrenta desafios conceituais e perigos de despolitização, sobretudo quando limitada a um marcador identitário ou a uma ferramenta metodológica fragmentada. Esse processo de despolitização, ainda presente em ambientes acadêmicos e institucionais, pode enfraquecer a natureza transformadora do conceito. Por outro lado, o fortalecimento de visões feministas negras, latino-americanas, africanas e indígenas provou ser um contrapeso essencial a tais restrições, reafirmando a interseccionalidade como uma epistemologia situada, insurgente e dedicada à justiça social e cognitiva.

Entre os principais desafios apontados, sobressaem-se: a exigência de maior clareza na metodologia para a aplicação prática do conceito, o perigo de apropriações superficiais que tornam invisíveis os sujeitos periféricos e a necessidade de fomentar diálogos interdisciplinares que respeitem a intrincada realidade social. Simultaneamente, surgem visões encorajadoras, como a conexão com epistemologias decoloniais, o aprofundamento de sua vertente política e a inclusão de princípios éticos e bioéticos na produção do saber.

Portanto, chega-se à conclusão de que a epistemologia da interseccionalidade de gênero precisa ser entendida não apenas como um domínio de estudo acadêmico, mas sim como um projeto ético-político que contesta as hierarquias de conhecimento e poder, interroga paradigmas coloniais e androcêntricos e promove a criação de sociedades mais justas, equitativas e diversas. Mais que uma categoria de análise, a interseccionalidade se configura como um horizonte de mudança, onde o conhecimento não é mais um meio de opressão, mas sim uma ferramenta de libertação.

3968

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo possui algumas limitações que precisam ser reconhecidas para a correta interpretação de seus resultados. A revisão integrativa, primeiramente, dependia de bases de dados escolhidas (SciELO, Google Scholar, CAPES Periódicos, Scopus e Web of Science), o que pode ter limitado o acesso a produções importantes disponíveis em outros repositórios, sobretudo de natureza regional ou comunitária. Esse recorte pode ter restrito a visibilidade de produções acadêmicas do Sul Global que circulem em canais alternativos ou de menor indexação, mas que oferecem contribuições epistemológicas relevantes.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao período de tempo (1995–2025). Apesar de esse intervalo possibilitar uma análise extensa da solidificação do conceito, pode ter deixado de

fora produções inovadoras anteriores ou obras mais recentes que ainda não foram indexadas. Igualmente, a atenção a textos divulgados em português, inglês e espanhol pode ter ocasionado um viés linguístico, resultando em menor representação de obras em francês, árabe, mandarim e outras línguas, que também têm contribuído para a disseminação da interseccionalidade.

Existe também a limitação metodológica própria das revisões integrativas: por ser uma síntese de literatura, não é viável abranger todas as perspectivas disponíveis nem fazer generalizações absolutas. A avaliação das pesquisas também foi influenciada por viés interpretativo, dado que o procedimento de categorizar e sintetizar dependia da análise crítica e da perspectiva epistemológica do pesquisador.

Por último, é importante ressaltar que, embora busque abordar aspectos éticos e bioéticos, esta revisão não explorou de maneira detalhada a influência da interseccionalidade na criação de políticas públicas ou em ações concretas de intervenção social. Esse elemento indica uma oportunidade a ser investigada em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTHIAS, Floya. Intersectional What? Social Divisions, Intersectionality and Levels of Analysis. *Ethnicities*, v. 13, n. 1, p. 3-19, 2013.

BILGE, Sirma. Recent Feminist Outlooks on Intersectionality. *Diogenes*, v. 57, n. 1, p. 58-72, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARASTATHIS, Anna. *Intersectionality: Origins, Contestations, Horizons*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2016.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé; MCCALL, Leslie. Toward a Field of Intersectionality Studies. *Signs*, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality as Critical Social Theory*. Durham: Duke University Press, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. London: Verso, 2013.

HANCOCK, Ange-Marie. *Intersectionality: An Intellectual History*. New York: Oxford University Press, 2016.

HOOKS, bell. *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. London: Pluto Press, 2000.

HOOKS, bell. *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. New York: Routledge, 2015.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

MEDINA, José. *The Epistemology of Resistance*. New York: Oxford University Press, 2013.

NASH, Jennifer C. Re-thinking Intersectionality. *Feminist Review*, v. 89, n. 1, p. 1-15, 2008.

PUAR, Jasbir. *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista Internacional de Ciências Sociais*, v. 29, n. 2, p. 117-131, 2000.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder: Paradigm, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and Feminist Politics. *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.